

## **O Drama do Milésimo: futebol, sociedade e ditadura**

FERNANDO JOSÉ LOURENÇO FILHO\*

Na edição publicada no dia 20 de novembro de 1968, a revista *Veja* estampava em sua capa a foto do líder da Aliança Nacional Libertadora (ANL), Carlos Marighella. Logo abaixo da imagem, em letras garrafais, como nos velhos cartazes de filmes de faroeste, a legenda “Procura-se Marighella”. Dentro da revista, em uma matéria intitulada “A Caçada”, é traçado um perfil do guerrilheiro procurado, mencionando desde a sua predileção por batidas de limão, suas opiniões sobre a seleção brasileira, as caminhadas pelo calçadão de Copacabana, as ações de que participara (ou que se suspeitava de que havia participado) e até seus planos para a implantação do socialismo no Brasil.

Ainda na mesma revista, nas páginas 34 e 35, outro texto anunciava outra “caçada”, a de Pelé pelo seu milésimo gol. Pelé acabara de marcar o seu gol número 900 e, como forma de comemorar este feito, a revista publicava uma pequena biografia do atleta, sua infância, sua carreira, enaltecendo tanto os feitos futebolísticos de Pelé, como também os traços de sua personalidade e suas qualidades de bom filho e bom pai.

Os dois textos, embora tratassem de personagens bem diferentes e de universos distantes, um “terrorista” procurado e uma estrela do futebol, ao descreverem estas duas figuras, inauguram os relatos de duas perseguições, a caçada a Marighella e a caçada de Pelé pelo seu milésimo gol. Estas duas caçadas, amplamente relatadas pela imprensa da época, também terão um importante papel de propaganda e legitimação para a Ditadura Militar então vigente.

Partindo do pressuposto de que o futebol pode ser compreendido como dramatizações do mundo social, o que este artigo buscará mostrar é que existe um ponto em comum ligando as duas perseguições. A perseguição ao milésimo gol de Pelé, amparada e alentada pelo regime militar, dialoga indiretamente com outra perseguição, a de Carlos Marighella. Nas narrativas construídas sobre as duas “caçadas”, na época em que ocorreram, o objetivo simbólico final de ambas é o mesmo, a legitimação e consolidação da Ditadura. Legitimação eliminando a resistência armada e capturando uma de suas principais figuras. Legitimação atrelando a imagem do regime ao feito marcante de Pelé.

---

\* Mestrando em História Social pela Universidade de São Paulo

\*\*\*

O ano de 1968 foi um ano agitado, tanto no Brasil quanto no mundo. Vivíamos a Ditadura Militar, que cada vez mais se escancarava, deixando de lado as aparências democráticas e mostrando as garras autoritárias. Era a consolidação do processo iniciado com o Golpe de 1964. Um golpe que se justificava em nome de uma suposta “ameaça vermelha”, personificada no governo do presidente João Goulart, e que pretendia restabelecer a normalidade democrática no país. O fato é que em 1968, se a tal “ameaça vermelha”<sup>1</sup> de Jango se mostrava fantasiosa, a tal normalidade democrática parecia mais e mais distante.

Uma das figuras mais contraditórias da vida política brasileira foi Carlos Lacerda. Polêmico jornalista, ex-vereador da cidade do Rio de Janeiro, ex-deputado federal e ex-governador do estado da Guanabara, esteve envolvido em várias tentativas de golpe de estado. Primeiro tentou contra Getúlio Vargas em 1954, mas falhou por conta suicídio do ex-presidente. Depois em 1955, tentando evitar a posse do presidente eleito Juscelino Kubitschek, teve novamente suas pretensões golpistas impedidas. Mas água mole em pedra dura tanto bate até que fura, e em 1964 a pedra furou. O movimento dos militares que depôs ilegalmente o presidente João Goulart teve com um dos seus principais apoiadores e porta-vozes justamente Lacerda e o seu partido, a União Democrática Nacional (UDN).

A ironia desta história é que Lacerda apoiou o Golpe de 64 tendo como objetivo a eliminação de seus principais opositores políticos, e apostando em uma suposta eleição em 1965 ou 1966, eleição da qual sairia vitorioso para o cargo de presidente da República. O fato é que os militares, governando por meio de atos institucionais, não davam sinais de que pretendiam devolver o poder aos civis tão cedo.

Mais uma vez percebendo que suas pretensões presidenciais eram frustradas, Lacerda dá início à montagem de uma aliança há pouco considerada improvável, a Frente Ampla. Esta coalizão reunia, sob a mesma sombra, os antigos adversários políticos João Goulart, Juscelino Kubitschek e o próprio Carlos Lacerda, em um grande objetivo, organizar uma oposição à Ditadura.

E outra vez Lacerda vê seus planos frustrados. Em 1968, os militares proíbem a Frente Ampla e mais tarde, ainda no mesmo ano, o ex-governador da Guanabara é preso e tem seus direitos políticos cassados por 10 anos pelo Ato Institucional N° 5.

De certa forma, a proibição da Frente Ampla é mais um sinal para alguns setores da esquerda da impossibilidade de fazer uma oposição pacífica aos militares, ou seja, o tal

<sup>1</sup> Se a tal “ameaça vermelha” não se concretizou com Jango, outras “ameaças vermelhas” aparecerão, principalmente, com os movimentos de luta armada da esquerda revolucionária.

retorno à normalidade democrática é inviável, só restando a opção da luta armada.

E falar em luta armada no Brasil é falar em Carlos Marighella.

\*\*\*

A vida de Carlos Marighella se confunde com a própria história das lutas da esquerda no Brasil desde a década de 30 até os anos 60. Marighella nasceu em Salvador no ano de 1911, onde desde cedo participa do movimento estudantil, ativismo que o leva a primeira vez para a prisão em 1932, por ter escrito um poema humorístico sobre o interventor do estado, Juracy Magalhães. Em 1934, após abandonar o curso de engenharia na Escola Politécnica da Bahia, ingressa no então ilegal Partido Comunista Brasileiro (PCB) e se muda para o Rio de Janeiro. É preso novamente em 1936, na esteira das perseguições aos comunistas após o fracassado levante tentado por Luís Carlos Prestes, um ano antes. Permanece um ano na prisão mas retorna ao cárcere em 1939, quando é enviado, juntamente com outros presos políticos, para o presídio na ilha de Fernando de Noronha, onde fica até 1945, quando ocorre a anistia política dentro do processo de redemocratização do Brasil após o fim do Estado Novo de Getúlio Vargas.

Dentro deste mesmo processo de redemocratização, o PCB sai pela primeira vez da ilegalidade e participa das eleições para a Assembleia Constituinte de 1946. Marighella, inclusive, foi um dos 14 deputados comunistas eleitos. Mas em 1947, por conta do alinhamento político do então presidente do Brasil, Eurico Gaspar Dutra, com os Estados Unidos, dentro do contexto da Guerra Fria, o partido comunista é extinto e seus deputados têm seus mandatos cassados.

A volta à ilegalidade do PCB traz também a ilegalidade de volta na vida de Marighella. Nos anos 50, ele vai para a China ver de perto o novo regime comunista no país asiático. Em 1964, quando ocorre o Golpe Militar, ele é baleado por agentes da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) em um cinema na Tijuca, Rio de Janeiro, por tentar resistir à prisão.

Este último evento dá início a uma série de mitificações que serão feitas ao redor da figura de Marighella, tanto pela esquerda quanto pela própria repressão. E é partir daí também, dentro do conturbado contexto social e político do Brasil na segunda metade da década de 60, que a figura de Marighella ganhará contornos bastante claros na narrativa oficial do regime militar, o de “vilão”, aquele que ameaça a ordem e a paz.

Marighella, em 1967, rompe com o PCB por acreditar que a única alternativa de luta possível contra a Ditadura era a luta armada. Ele funda a Ação Libertadora Nacional (ALN),

um dos vários grupos de esquerda adeptos da luta armada, e se envolve, direta ou indiretamente, em várias ações guerrilheiras ou terroristas. Dentre as ações de que fez parte, duas se destacam, o assalto ao carro forte do Instituto de Previdência do Estado da Guanabara (IPEG) em novembro de 1968, e a tomada dos transmissores da Rádio Nacional em 1969, quando transmitiu uma mensagem expondo os objetivos da ALN. Estas e outras ações, além de várias outras falsamente atribuídas a ele, transformarão Marighella, nas palavras do então ministro da Justiça, Luís Antônio da Gama e Silva, no “inimigo público número um” da Ditadura (MAGALHÃES, 2016, p. 412).

Mas o que pode explicar estas mitificações que levaram Marighella a ser considerado “inimigo público número um”? Ou seja, o que fez dele, para a opinião pública da época, um “vilão”?

\*\*\*

O historiador Raoul Girardet demonstra como certos aspectos, mais especificamente como certos mitos e mitologias, são recorrentes dentro do imaginário político. Em seu livro “Mitos e Mitologias Políticas” (1987), ele trata, dentre outros mitos, sobre conspiração ou complô.

No que diz respeito à ideia de complô, Girardet analisa teorias da conspiração gestadas principalmente no século XIX, muitas delas de cunho antissemitico, antimacônico e anticlerical. Estas conspirações sempre são descritas como obscuras; terríveis associações entre os piores indivíduos possíveis que se reúnem às escondidas e cujos objetivos são a dominação global ou a destruição daquilo que é “bom” e “certo”. Em outras palavras, “são as manobras, as maquinações dos manipuladores da sombra que se colocam na origem dos piores flagelos do tempo presente - as guerras, as crises, as discórdias sociais” (GIRARDET, 1987, p. 47). E por serem tão malignas e misteriosas, são geradoras de um clima neurótico de medo; seitas que a qualquer momento, fazendo uso dos mais variados ardis, podem irromper deste mundo de trevas e pôr em prática seus projetos.

Embora Girardet trate de questões do século XIX, a ideia do complô, em linhas gerais, permaneceu muito além dos 1800. Mudam ou ressignificam-se as personagens, os cenários são outros, mas a ideia de que existe alguma conspiração persiste. Persiste, ou reaparece, principalmente quando uma sociedade em crise e, sofrendo por conta desta crise, sente a necessidade de imputar a alguém a responsabilidade dos males que sofre, ou vingar-se de suas decepções.

Ao longo do século XX, principalmente a partir do período entreguerras, em muitas

sociedades, os movimentos socialistas, e conseqüentemente o comunismo, passaram por um intenso processo de demonização, muito por representarem uma clara oposição ao modelo burguês de sociedade. Especificamente no Brasil, este processo se intensificou durante o governo Vargas, pois, segundo João Henrique Botteri Negrão, foi neste período “que se atribuiu realmente ao comunismo um perfil de malignidade, identificando-o com o conceito de inimigo/objetivo” (NEGRÃO, 2005, p. 24).

Quando o golpe militar de 1964 acontece, o “perigo vermelho” reaparece como uma das justificativas utilizadas pelos golpistas. Era corriqueiro nas grandes marchas da Família, com Deus e pela Liberdade, que antecederam o golpe, palavras de ordem contra o comunismo e faixas alertando que o Brasil não se tornaria uma nova Cuba. Os comunistas, e assim o comunismo, eram estigmatizados como forças malignas que deveriam ser obrigatoriamente combatidas, pois, dentro da lógica do complô ou da conspiração, o comunismo era visto como o responsável pela desagregação e desunião da sociedade brasileira. Mais do que simples sinais dos tempos da Guerra Fria, o espírito dessas manifestações era a cristalização de um sentimento anticomunista que foi cultivado por diferentes governos no Brasil, pelo menos desde os tempos da República Velha.

Será construída novamente durante a Ditadura militar, assim como nos tempos de Vargas, a imagem de que existiria um complô comunista prestes a tomar o poder no país. Este complô composto por terroristas que influenciavam a mente de jovens inocentes, com reuniões secretas, esconderijos, sequestradores, assaltantes de banco, “comedores de criancinhas” e segundo as palavras do então ditador Médici: “terrorismo da minoria enganada pela falácia de sistemas de vida incompatíveis com a índole de nossa gente.” (GASPARI, 2007, p. 160).

A imagem de Carlos Marighella, desenhada tanto pela repressão, quanto pela imprensa da época, reforça estes estigmas atribuídos aos comunistas, e a figura do guerrilheiro baiano é transformada em um paradigma do comunista. Na matéria da revista *Veja* de 20 de novembro de 1968, a mesma cuja capa lembra os cartazes de filmes de faroeste, boa parte destes traços aparecem. Ele é chamado de vilão, dono do destino das grandes quantidades de dinheiro roubadas em assaltos a bancos e carros fortes, responsável direto ou indireto por inúmeros atentados pelo país afora, militante obstinado, porém quixotesco, habituado à clandestinidade, homem de muitas amantes. Mas sobretudo é chamado frequentemente de terrorista, e todo o movimento de que faz parte recebe designação de “terror”. Estas últimas alcunhas por si sós já demonstram o caráter negativo que se pretendia aplicar aos movimentos de luta armada

contra a Ditadura.

A perseguição a Marighella é comparada, na mesma revista, a uma novela, com vilões, polícia, fugas, reviravoltas, brigas e muito dinheiro. Quase como se fosse uma história em que os leitores da revista são meros espectadores e, tal qual em filmes de faroeste (a que a capa da Revista faz referência), torcem pelos mocinhos (a polícia) e contra os vilões (“os terroristas”).

Poucos dias antes da morte Marighella, no dia 22 de outubro de 1969, a mesma revista Veja publica uma nota em que alerta que o “terror está cercado” e que “o ex-deputado comunista Carlos Marighella, doente, passou o comando de seu perigoso grupo a Joaquim Câmara Ferreira, um ex-parlamentar, conhecido como ‘Toledo’ ou ‘Velho’” e ainda diz que “segundo rumores que correm na polícia paulista, Marighella está em São Paulo, na Capital, dentro de um círculo de investigações que se fecha gradativamente” (Revista Veja, 22 de outubro de 1969, p. 26). A revista conclui a nota dizendo: “Espera-se mesmo que ele tente uma fuga heroica e não se acredita que ele venha a ser preso com vida.”

Nesta curta nota, aparecem vários elementos recorrentes na descrição tanto de Marighella quanto dos comunistas. Primeiro, o título da nota: “O terror está cercado”, que se refere a estes movimentos guerrilheiros simplesmente com a alcunha negativa de terror ou terroristas. Na sequência, por conta do terror que pratica e inspira, segundo a revista, o grupo do qual Marighella faz parte é definido como perigoso, da mesma maneira que as “organizações” dos complôs analisadas por Girardet também eram classificadas no século XIX. O texto ainda menciona “rumores que circulam na polícia paulista”. Rumor, ou seja, comunicação feita por meio de burburinhos, sem definição precisa de quem está emitindo a mensagem e cercada por um ar misterioso. Ar misterioso era outro traço marcante das conspirações, que também se comunicavam por canais secretos e pouco claros para a maioria das pessoas, mas no caso da perseguição a Marighella, de alguma maneira, a polícia paulista foi capaz de desvendar esta comunicação secreta dos comunistas.

Por fim, em um ato de premonição, o texto descreve o que acontecerá quando o tão aguardado encontro entre Marighella e seus perseguidores ocorrer. Ele irá reagir, tentará uma fuga heroica e será morto pela polícia. A revista foi quase perfeita em sua previsão, Marighella só não reagiu.

A cena final desta caçada é o “confronto final”, assim como nos filmes de faroeste, entre o bandido e o mocinho.

Mas aqui não foi como nos filmes. O confronto não foi ao nascer do sol, nem em uma pequena cidade empoeirada do velho oeste, muito menos foi um duelo entre os dois

protagonistas do “filme”. Carlos Marighella foi morto por policiais do DOPS em uma emboscada na Alameda Casa Branca, no bairro dos Jardins em São Paulo, por volta das 20 horas do dia 4 de novembro de 1969.

Assim descreveu a morte de Marighella o jornal “O Estado de São Paulo”: “Poucas pessoas assistiram ao último tiroteio de Marighella: a alameda Casa Branca estava quase deserta. Uma mulher da casa 806 pensava que o barulho de tiros fosse comemoração de algum gol no jogo Santos e Corinthians. Só depois de algum tempo percebeu o tiroteio e correu para o telefone: queria avisar a Polícia de que vira uma luta entre policiais e ladrões. Mas os tiros logo cessaram e a mulher ficou sabendo da morte de Marighella pelo rádio.” (Jornal “O Estado de São Paulo”, 5 de novembro de 1969, p. 14.)

Marighella tinha como um dos seus contatos o frei dominicano Fernando, que trabalhava na Livraria Duas Cidades. Para lá o líder da ALN costumava ligar para marcar seus encontros, que ocorriam na alameda Casa Branca, na altura do número 800, dentro de um Fusca azul com o próprio Fernando e outro dominicano, Ivo. A conversa sempre utilizava o mesmo código, e Marighella, ou alguém a mando dele, dizia ao telefone:

- Aqui é o Ernesto (ou da parte do Ernesto). Esteja hoje na gráfica. (GORENDER, 1998, p. 192).

Este contato de Marighella havia sido descoberto pela repressão poucos dias antes, quando os próprios Ivo e Fernando, em uma viagem ao Rio de Janeiro, haviam sido capturados e levados ao Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), onde, em sessões de tortura lideradas pelo delegado Antônio Paranhos Fleury, do DOPS, haviam confessado tudo.

Cerca de pelo menos 29 policiais foram utilizados na emboscada. Marighella chegou ao ponto de encontro e, sem perceber nada, entrou no Fusca azul que já se encontrava estacionado. Entrou pela porta do passageiro, recuou o banco e sentou-se no assento traseiro. No mesmo momento, os policiais que estavam espalhados pelo local saem de seus esconderijos, cercam o Fusca, retiram os dois dominicanos de dentro do carro e os deitam na calçada. Fleury, que também liderava a tocaia, dá voz de prisão a Marighella e, antes que o guerrilheiro possa reagir, uma saraivada de tiros o atinge, cinco pelo menos.

Um Buick preto, dirigido pelo protético alemão Friedrich Adolf Rohmann, sobrevivente da II Guerra Mundial, assustado pelo tiroteio, ignora a barreira feita pelo DOPS na alameda Lorena e invade a alameda Casa Branca. Os policiais erroneamente pensam se tratar da segurança de Marighella e atiram. Na confusão, Rohmann é baleado, assim como o delegado Tucunduva e a investigadora Estela Morato. Rohmann morre ali mesmo. Estela, na

polícia havia apenas 29 dias, falece três dias depois. Tucunduva sobrevive.

Assim termina a caçada do “inimigo público número 1”, e de certa forma as falas recolhidas pela grande imprensa da época sobre o episódio traduzem o significado da morte de Marighella dentro do campo das mitologias políticas, na perspectiva do conceito de complô. A morte do guerrilheiro baiano simboliza, para muitos, o fim do “terrorismo” e uma nova fase de paz para o Brasil.

A revista *Veja* de 12 de novembro de 1969, em sua matéria de capa, repercutia sobre a morte do líder da ALN, refletindo que “A morte de Carlos Marighella, se não significa o fim do terrorismo, põe por terra pelo menos a impressão de uma estrutura sólida e imbatível de subversão” (*Revista Veja*, 12 de novembro de 1969, p. 25). E ainda na mesma página, o então chefe da Polícia Federal de São Paulo, General Sílvio Corrêa de Andrade, é mais enfático e conclui: “(...) a morte de Marighella representa um tiro de misericórdia no terrorismo.” De fato, a morte de Marighella causou um profundo dano à ALN, mas não foi só isso. Nos últimos meses, centenas de militantes da luta armada no Brasil haviam sido capturados pela repressão, e estes movimentos que pareciam ser tão vigorosos em seus princípios perdiam força rapidamente.

Uma das principais características do mito da conspiração ou do complô é o medo que estas “organizações” são capazes de inspirar na população. Ou melhor, o medo fruto da demonização de que estas mesmas organizações são alvo. Os movimentos de luta armada e comunismo durante a Ditadura militar, como já dissemos anteriormente, também serão geradores de um “grande medo”. E dentro desta perspectiva, a morte de Marighella será também vista como um grande “alívio”, na medida em que o guerrilheiro baiano personificava este “grande medo” e, uma vez morto, seria como se este complô tivesse sido por fim derrotado.

Vários trechos das matérias feitas pelo jornal “O Estado de São Paulo” sobre o incidente demonstram este “alívio”. O primeiro trecho, uma fala do então governador de São Paulo, Abreu Sodré, ressalta que a morte de Marighella trouxe “tranquilidade para esta Nação” e relembra quem era o morto, ressaltando em Marighella várias características típicas de um vilão: “O Chefe da subversão, do assalto, do roubo e do assassinio teve o fim que procurou. Que Deus o guarde”. (*Jornal “O Estado de São Paulo”*, 5 de novembro de 1969, p.15.)

Em outros trechos, na mesma edição, numa matéria descrevendo a reação das pessoas com o episódio, novamente a ideia do grande “alívio” aparece: “E cada vez mais gente de fora

conseguindo furar o cerco e olhar de perto o automóvel. Todos queriam ver Marighella morto. E muitos diziam que, finalmente, o povo poderia dormir sossegado, porque o terrorismo morria com seu líder maior.” ( Op. cit., p. 14.) O texto dá a entender que o desejo dos populares em ver o corpo de Marighella não era apenas uma curiosidade mórbida, era a necessidade de se certificarem de que de fato o terrorista estava morto. E uma vez certos disso, agora sim poderiam dormir sossegados.

A morte de Marighella trouxe o grande “alívio”, a subversão estava desmantelada, pois “seu líder místico já não existe” (Op. cit. p. 15). Mas seus efeitos nocivos enquanto elemento desagregador da sociedade brasileira, de uma forma ou de outra, ainda permanecem. É preciso agora, algo ou alguém, de um herói ou salvador que seja de alguma forma capaz de reunir novamente toda a sociedade brasileira afetada pelos traumas do terrorismo. E quem seria este alguém?

\*\*\*\*\*

Na mesma revista Veja de 20 de novembro de 1968, que “inaugurava” em tons de filme de faroeste a caçada ao inimigo público número 1 da Ditadura, uma outra caçada, em tons mais amenos, também era iniciada, a caçada de Pelé pelo seu milésimo gol, pois o jogador acabara de marcar seu gol número 900.

Edson Arantes do Nascimento, o Pelé, já era naquele momento um dos maiores nomes do futebol mundial. Vencedor de duas Copas do Mundo, a primeira aos dezessete anos, o jogador era um colecionador de títulos e façanhas. Seu sucesso no futebol parecia se confundir com o próprio sucesso do futebol brasileiro nos últimos anos, e sua biografia familiar era um retrato das transformações pelas quais a sociedade brasileira passara ao longo das décadas de 40, 50 e 60.

Pelé nasceu em Três Corações, Minas Gerais, no ano de 1940, filho de Dondinho, um jogador de futebol que tentava a sorte em clubes do interior, e de Celeste, dona de casa. Quando tinha 4 anos, ele e sua família se mudaram para Bauru, cidade paulista. Dondinho havia recebido uma oferta para jogar no Lusitana, além da promessa de um emprego na prefeitura local. Era uma grande notícia para a família, pois, segundo palavras do próprio Pelé em sua autobiografia, “teríamos a oportunidade de escapar do sufoco da quase-miséria” (NASCIMENTO, 2006, p. 19.).

Esta mudança da família Arantes do Nascimento é apenas um dos milhares de casos de famílias brasileiras que partiram para centros urbanos maiores em busca de melhores condições de vida, principalmente a partir dos anos 40 e ao longo das décadas de 50 e 60,

quando tem início um processo de industrialização do Brasil e conseqüentemente uma maior urbanização do país. Bauru, embora não seja até hoje uma das grandes metrópoles brasileiras, foi sem sombra de dúvida um importante ponto de atração de migrantes no interior paulista, muito por se tratar de um grande entroncamento rodoferroviário. E para o menino Pelé, mudar-se para uma cidade que tinha cinemas, lojas, hotéis e aeroporto, era difícil imaginar algo maior.

Apesar das esperanças, nem tudo saiu como o esperado. Quando chegaram à cidade paulista, o Lusitana, após uma mudança de diretoria, se tornou o BAC (Bauru Atlético Clube) e o emprego prometido a Dondinho, pela antiga diretoria, não veio com a nova, restando apenas o contrato firmado como jogador. Mesmo assim, a família resolveu permanecer em Bauru e tentar a sorte por ali mesmo.

A infância de Pelé foi a típica infância de uma criança pobre no interior do Brasil. Cresceu tentando conciliar os estudos, as brincadeiras e alguns “bicos” para auxiliar no apertado orçamento doméstico. Desde cedo já se destaca nas partidas de futebol, chegando a jogar, quando tinha apenas 8 anos de idade, em um time de garotos de 13 e 14 anos, e ainda por cima sendo o destaque da equipe. Aos 15 anos, é descoberto pelo ex-jogador e olheiro Valdemar de Brito e é levado para o Santos Futebol Clube, onde assina o seu primeiro contrato como jogador de futebol profissional. No clube praiano, Pelé construiu, ao longo dos próximos 18 anos uma das mais bem-sucedidas carreiras da história do futebol mundial, conquistando praticamente todos os títulos possíveis.

Pelé, ao longo de toda sua carreira, e até hoje, frequentemente ressaltou a influência positiva de sua família para o seu sucesso profissional, jamais assumiu a imagem de um “bad boy”, sempre se disse bom pai, bom filho e bom marido. Mas, sobretudo, sempre procurou deixar sua imagem atrelada a uma forte ética do trabalho. Como disse a antropóloga Ana Paula da Silva: “a ética do trabalho está presente nos discursos proferidos por Pelé e acabou colada à sua imagem. O sucesso é fruto de uma atitude ascética em relação ao ofício ao qual se dedica. Esta é a mensagem que Pelé está sempre querendo transmitir. Suas biografias, ao todo duas, também estão voltadas à descrição de seu ascetismo profissional” (SILVA, 2008, p. 21).

Esta imagem de Pelé como um “homem de família” e profundamente dedicado a sua profissão servirá perfeitamente para vários propósitos. Seja como garoto propaganda para fins meramente comerciais, ou como veículo através do qual políticos à esquerda ou à direita, democráticos ou autoritários, buscarão embarcar no seu sucesso.

Na revista *Veja* de 12 de dezembro de 1968, a reprodução destes valores “familiares” reaparecem em uma matéria de capa com o próprio Pelé, em que o jogador é comparado aos super-heróis. A capa, um desenho do rosto do jogador, como se fosse um personagem das histórias em quadrinhos, sob o título “O Herói dos Super-Heróis”. O texto dentro da revista, intitulado “Edson, o Super-Pelé”, disserta sobre as dificuldades enfrentadas por Pelé em seu cotidiano, e sobre o fato de ser considerado um “super-herói” por seus admiradores, embora, ao contrário de seus “iguais” das revistas, como Batman, Super-Homem e Mandrake, ele seja real e de carne e osso.

Enfatiza que “Pelé, o herói dos heróis, está cansado de ser mito” (*Revista Veja*, 12 de dezembro de 1968, p. 32) e este cansaço tem relação com seu profundo apego à família e falta que ele sente dela: “Já não suporto mais essa vida de sair de casa e deixar minha filha brincando sozinha. Coitada, ela não tem culpa de ser filha de Pelé, um sujeito que adora a família mas nasceu para andar de um lado a outro a se exibir para uma porção de gente.”

Já em uma entrevista que concedeu à mesma revista *Veja* no dia seguinte em que marcou seu milésimo gol, e publicada no dia 26 de novembro de 1969, Pelé, além de mencionar a importância da família em suas conquistas e na sua vida, descreve sua forte ética de trabalho. Quando perguntado se o jogador de futebol pode ficar cansado, desanimado de sua profissão e todas as suas obrigações, ele é taxativo: “Não existe isso. A profissão de jogador de futebol tem suas obrigações, como qualquer outra. O funcionário precisa chegar cedo à sua repartição e assinar o seu ponto. O comerciário abre sua loja de manhãzinha e só sai à noite. Nós temos que aceitar nossas obrigações normalmente” (*Revista Veja*, 26 de novembro de 1969, p. 5). É sem sombra de dúvida a fala de alguém que enxerga no trabalho e na obediência extrema do trabalhador valores altamente positivos. Mesmo que estes valores, em muitos casos, sejam empecilhos, para que o homem de família como ele passe mais tempo com sua própria família.

\*\*\*\*\*

Outro mito político tratado por Girardet é o do salvador. Segundo o historiador, esta figura geralmente surge em momentos de crise de uma sociedade, trazendo em si qualidades que esta mesma sociedade acredita serem necessárias para superar este período de incertezas.

O Brasil naquele novembro de 1969, quando Pelé finalmente alcançou seu milésimo gol, não vivia seus melhores dias. Era um país que se encontrava sob o domínio de uma Ditadura militar, e pior, há quase um ano era “governado” pelo Ato Institucional número 5, que dava ao governo o direito de cometer várias arbitrariedades contra cidadãos brasileiros,

tais como o fim do *habeas corpus* para crimes de motivação política, o direito do presidente em fechar o Congresso e Assembleias Estaduais quando bem entendesse, demissão sumária de funcionários públicos que fossem considerados subversivos e a institucionalização da censura.

O então presidente Médici foi o que melhor traduziu o significado do AI-5: “Eu posso. Eu tenho AI-5 nas mãos e, com ele, posso tudo”. E de fato podia, é justamente a partir do início da vigência do AI-5, em dezembro de 1968, ainda durante o governo de Costa e Silva, e depois durante a presidência de Médici, que a repressão do regime ganha mais força, e as oposições, principalmente as baseadas na luta armada, começam a ter suas maiores derrotas, como a morte de Marighella, que “marca o início da ofensiva militar contra a esquerda revolucionária” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 462).

O clima no país, portanto, estava longe de ser pacífico. Muito embora a Ditadura se esforçasse em produzir a imagem de um país em paz, uma série de eventos mostrava o contrário. Era um cenário, pelo menos na época em ocorreu o milésimo gol de Pelé, formado pelas grandes manifestações de 1968, pelos sequestros de embaixadores estrangeiros, os atentados a bomba e os assaltos a bancos.

O futebol, portanto, entra como uma ferramenta de “pacificação” da sociedade, atendendo assim aos interesses do regime. É tentador, a partir desta conclusão, definir o futebol dentro do senso comum de “ópio do povo”. Mas é errado partir desse pressuposto meramente alienante do futebol, e completamente oposto à metodologia utilizada neste trabalho. Como dissemos no início, uma das bases desta pesquisa é a ideia de que o futebol é na verdade uma dramatização da nossa sociedade, ou seja, ele é parte inerente desta mesma sociedade, logo entendê-lo como algo que descola as pessoas da própria sociedade em que vivem é algo que não faz o menor sentido. É como tentar descolar a sociedade da própria sociedade. É impossível.

O que temos com o futebol, especificamente com o episódio do milésimo gol de Pelé, é o palco de uma disputa maior entre uma “conspiração” (o comunismo) que tenta desagregar a sociedade e o aparecimento de um herói capaz de unificar novamente esta sociedade através do futebol, Pelé.

Se a perseguição a Marighella, dentro dos limites da censura, foi acompanhada com ansiedade pela imprensa e pela Ditadura, o mesmo vale para a caçada de Pelé pelo seu milésimo gol. Jogo a jogo, a mídia esportiva acompanhava Pelé e fazia a contagem regressiva para o grande ápice. Discussões sem fim tentavam prognosticar em que jogo o gol

aconteceria; contra que time, como seria, qual seria o goleiro vítima.

A ansiedade era tamanha que o cartunista Henfil, no Jornal dos Sports do dia 26 de outubro de 1969, fez uma charge sobre o assunto, alertando que o então goleiro do Fluminense, Félix, não deveria se empenhar em defender tanto, pois isto poderia irritar profundamente a torcida, colocando em risco a segurança do próprio goleiro. A partida em questão foi uma das muitas que fizeram parte da contagem regressiva para o grande momento do milésimo. Nesta especificamente, faltavam cinco gols.

Também estava presente no Maracanã, assistindo a Santos e Fluminense, e da mesma forma compartilhando desta ansiedade pelo milésimo, ou pelo menos aparentando compartilhar, o então general-presidente Médici. Durante o governo de Médici, a Ditadura procurou passar a imagem de um presidente torcedor, como forma de popularizá-lo. São muitas as imagens do general nos estádios, ouvindo jogos no rádio, fazendo embaixadinhas ou dando entrevistas em que tece opiniões sobre seus times do coração, Flamengo e Grêmio, ou sobre a seleção brasileira.

O fato de Médici estar no estádio é um forte indicativo da necessidade que o regime militar tinha em atrelar a sua imagem ao futebol, e principalmente a Pelé. E esta não era apenas uma necessidade do regime militar. Um pouco antes de o milésimo ser finalmente conseguido, na partida contra o Vasco, no Maracanã, por onde Pelé passava, uma verdadeira multidão de políticos procurava se aproximar dele, concedendo-lhe homenagens, placas de ouro, títulos de cidadão e até mesmo missas de Ação de Graças, tudo na tentativa de também de alguma forma pegar carona no sucesso e popularidade do jogador. A mesma rotina continuou depois do milésimo, quando Pelé ganhou até uma coroa de ouro e foi condecorado com a Medalha do Mérito Nacional e como Cavaleiro da Ordem do Rio Branco.

Mas todo este desejo que políticos e o regime militar têm em vincular suas imagens à imagem de Pelé vem do fato de que o jogador é realmente transformado, principalmente pela imprensa, com algumas colaborações do próprio atleta, em um herói, seja no sentido da mitologia política, conforme desenha Girardet, seja no seu sentido clássico, que remete às epopeias homéricas. E estes dois aspectos são marcantes nas narrativas que circundam o episódio do milésimo gol.

Começemos pelas referências ao herói no sentido clássico. Uma das principais características que os heróis das epopeias homéricas possuem é a busca pela *kleos*. A *kleos* seria a busca por uma glória eterna, glória obtida através da realização de grandes feitos que serão lembrados mesmo após a morte do herói. Ou seja, um elemento essencial do herói é o

desejo pela fama e, principalmente, pelo reconhecimento de seus atos.

O principal mote da “Ilíada” é a ira de Aquiles. Esta ira do herói mirmidão se deve justamente ao fato de que seus feitos são questionados por outro herói, Agamenon, que lhe toma arbitrariamente uma escrava que Aquiles tinha como um dos seus troféus de guerra.

Outro herói das epopeias homéricas, que também teme ser esquecido, é Odisseu, que, quando aprisionado pela deusa Calipso (justamente a deusa do esquecimento), vislumbra passar a eternidade em um local isolado, sem ser lembrado, tendo conseqüentemente seus atos esquecidos pelos homens e assim se vê impossibilitado de atingir a glória eterna.

Pelé, em um depoimento concedido ao Jornal dos Sports, também mostra a preocupação semelhante à dos heróis da Guerra de Troia, ser lembrado pelo grande feito que estava prestes a realizar: “Sinceramente dou grande importância às comemorações que estão sendo preparadas para quando eu fizer o milésimo, porque não terei a chance de marcar mais mil gols em outro período de 13 anos de profissionalismo no futebol.” (Jornal dos Sports, 26 de outubro de 1969, p. 8).

Pelé confessa francamente, ao afirmar que dá importância às comemorações em relação ao milésimo, a necessidade de ser reconhecido pelos seus atos, logo, reivindica, talvez mesmo sem saber o que significa, o justo direito de alcançar a *kleos*.

Outro traço característico dos heróis clássicos são suas habilidades sobre-humanas. Eles são mais fortes, mais rápidos e mais astutos que os demais seres humanos, portanto, são capazes de feitos singulares e aparentemente impossíveis. Aquiles derrotou o deus-río Escamandro em uma batalha corporal, Odisseu ludibriou Poseidon e Pelé fez mil gols.

O trecho da matéria a seguir, que estava inserido na ansiedade daqueles que acompanhavam Pelé na busca por seu gol de número mil, exemplifica os atributos heroicos do jogador: ele é único, é capaz de tudo, inclusive fazer o que jamais alguém conseguir fazer: “Se existe alguém do futebol que possa aceitar qualquer desafio, só pode ser Pelé. Para ele nada é impossível, muito menos marcar cinco gols numa boa defesa e num grande time, principalmente quando encontra o prazer de jogar e no momento que promete a si mesmo alcançar a marca que alguém jamais alcançou em qualquer época e em qualquer lugar: mil gols.” (Jornal dos Sports, 26 de outubro de 1969, p.8.).

Mas, se Pelé é desenhado à semelhança dos heróis clássicos, ele também será representado como um “Salvador da Pátria”. E este aspecto é essencial para entendermos o papel que é dado a ele dentro do jogo simbólico da mitologia política durante a Ditadura militar.

Como já dissemos anteriormente, a Ditadura militar, inspirada nos mitos dos complôs, faz uso do medo de um “perigo vermelho”, materializado principalmente nos movimentos de luta armada da esquerda revolucionária, como medida legitimadora de seus atos. E ao “caçar” e finalmente capturar (matar) o principal líder deste “perigo vermelho”, simula uma busca, na verdade, pela pacificação da sociedade. Como disse a reportagem do jornal “O Estado de São Paulo”, quando da morte de Marighella: “E muitos diziam que, finalmente, o povo poderia dormir sossegado, porque o terrorismo morria com seu líder maior.” (Jornal “O Estado de São Paulo, 5 de novembro de 1969, p.5)

O fim da caçada representou, de fato, uma grande vitória para a Ditadura, mas, mesmo assim, a morte do principal “vilão” enfrentado pelo regime ainda não garantia plenamente, pelo menos em termos simbólicos, a pacificação e principalmente a unificação de todos. Esta proeza só poderia ser realizada por um herói, um salvador, e o salvador escolhido pelo regime vai ser Pelé.

Coincidentemente, no momento em que Marighella foi morto na emboscada realizada pelos agentes do DOPS, a poucos quilômetros da alameda Casa Branca, no estádio do Pacaembu, Pelé vivia mais um capítulo de sua epopeia na busca pelo milésimo. O seu Santos enfrentava o Corinthians em um jogo válido pela Taça de Prata. Faltavam quatro gols para os mil, existia a expectativa. Mas Pelé não fez nenhum, e viu sua equipe tomar os quatro gols que naquela partida ele não conseguiu fazer. Mas talvez o fato mais curioso desta partida seja o que aconteceu durante o intervalo, e que é relatado por Frei Betto em seu livro “Batismo de Sangue”: a morte de Marighella foi anunciada pelo serviço de alto-falantes do estádio:

*“De súbito, um ruído metálico de microfonia ressoou pelo estádio. Um ajustar de ferros puxados por corrente elétrica. Cessaram as batucadas, silenciaram as cornetas, murcharam as bandeiras em torno de seus mastros. O gramado vazio aprofundou o silêncio curioso da multidão. O locutor pediu atenção e deu a notícia, inusitada para um campo de futebol: Foi morto pela polícia o líder terrorista Carlos Marighella.”* (BETTO, 1982, p. 4).

De uma forma não planejada, e até inusitada, foi como se o vilão, finalmente derrotado pelo regime, se encontrasse naquele grande gramado vazio, com o herói, tão acalentado pelo mesmo regime, e que ali buscava o maior dos seus feitos.

Após empatar com o São Paulo, em partida em que Pelé novamente saiu sem marcar, a equipe do Santos deu início a uma série de jogos pelo nordeste do Brasil. No dia 12, enfrentou o Santa Cruz, em Recife, partida válida pela Taça de Prata, quando Pelé fez dois gols. Dois dias depois, o Santos voltou a campo, desta vez em partida amistosa, em João Pessoa, contra o

Botafogo local. E segundo o jogador: “O jogo estava fácil demais, e eu comecei a imaginar se aquilo não seria de propósito” (NASCIMENTO, 2006, p. 167). O juiz marcou um pênalti para a equipe paulista, Pelé cobrou e marcou. Só faltava um para o milésimo, a torcida paraibana em polvorosa torcia para que naquela partida saísse finalmente o gol mil. Mas eis que algo no mínimo curioso acontece, o goleiro do Santos, Jair Estevão, caiu no chão e aparentemente se contundiu. Como a regra da época não previa substituição, Jair saiu do campo e Pelé foi jogar no gol em seu lugar.

Curiosa, mas também, no mínimo, suspeita a contusão do goleiro santista e a ida de Pelé para o gol, adiando o milésimo gol para outra partida. Suspeita, pois pareceu à época, e de certa forma aparenta até hoje, que era desejo, ou do Santos, ou do regime militar ou até do próprio Pelé, que o milésimo acontecesse em uma partida no eixo Rio-São Paulo. Nenhum fato comprova esta suposta armação, Pelé a menciona em sua autobiografia, mas para desmenti-la: “Muita gente achou que era armação para que eu marcasse o milésimo gol no Rio ou em São Paulo - mas isso não era um desejo meu. Eu só queria que aquilo acabasse o quanto antes.” (NASCIMENTO, 2006, p. 168).<sup>2</sup>

No dia 16 de novembro, agora novamente pela Taça de Prata, o Santos enfrentou o Bahia em Salvador. E por pouco o milésimo não saiu. Primeiro com uma bola na trave e depois, quando o zagueiro do Bahia, Nildo, tirou uma bola em cima da linha, impedindo o gol. A torcida do tricolor baiano, em uma atitude incomum, vaiou o seu jogador por ter impedido o gol adversário. Um dado a mais de curiosidade: ao contrário da partida anterior na Paraíba, que foi um encontro amistoso e de caráter festivo, este foi um jogo “valendo”, de campeonato, com pontos em disputa e tudo mais. Esta atitude pitoresca do público em Salvador é uma demonstração da ansiedade que envolvia o país ao acompanhar a “caçada” de Pelé pelo seu gol de número mil.

O momento decisivo parecia ter finalmente chegado. E o palco para este último ato era tão perfeito, que até pareceu planejado. Pelé buscava sua grande consagração no principal estádio do futebol brasileiro, e um dos mais importantes do mundo, o Maracanã. E para a sorte da Ditadura, até o dia em que o jogo contra o Vasco aconteceu lhe parecia favorável, uma das muitas datas civis e patrióticas que os militares adoravam celebrar, dia 19 de novembro, Dia da Bandeira. O próprio Pelé, ao lembrar este dia em sua autobiografia, deixava claro como o regime também se fazia presente em campo, ou seja, buscava se atrelar

àquele momento que o mundo inteiro acompanhava: “A data era 19 de novembro, o Dia da Bandeira. Os times entraram carregando o pavilhão nacional aberto, cada um segurando de um lado. Havia uma banda militar em campo, balões subiram ao céu. O dia era perfeito para uma festa.” (NASCIMENTO, 2006, p. 169).

Embora o encontro entre Santos e Vasco fosse uma partida válida pela Taça de Prata, o jogo pouco valia para fins de classificação das duas equipes no torneio, uma vez que ambas já estavam virtualmente eliminadas da competição. Evidentemente que o grande atrativo era a forte possibilidade de Pelé atingir a inédita marca de mil gols, e não a partida em si.

O jogo transcorria em um ritmo morno. O Vasco abriu o placar no primeiro tempo com Benetti. Já no segundo tempo, em cruzamento pela esquerda de Edu, que visava Pelé, o zagueiro vascaíno Renê, na tentativa de interceptar a bola, acaba cabeceando-a contra o próprio gol e empata a partida para o Santos.

A partida recomeça. Pelé se lança ao ataque e seus companheiros de equipe o procuram a todo momento para lhe passar a bola. Aos 14 minutos, o volante santista Clodoaldo parte do meio de campo carregando a bola e a lança para Pelé, ele é atropelado no centro da grande área por Renê, o mesmo do gol contra. Pênalti para o Santos. Jogadores do Vasco reclamam. O Maracanã grita: “Pelé! Pelé! Pelé!” O milésimo finalmente parecia ter chegado e o momento do herói, do salvador também.

Girardet diz que “graças ao Salvador, e através dele, existem, para um certo número de homens, as mesmas emoções a partilhar, os mesmos fervores e as mesmas esperanças” (GIRARDET, 1987, p. 95), ou seja, o salvador, dentro de uma perspectiva da mitologia política, pode ser compreendido como um agente de socialização de almas. Como tentamos mostrar anteriormente, a sociedade brasileira, naquele momento em que ocorria a busca de Pelé pelo gol mil, se encontrava, segundo o pensamento do regime militar dominante, dividida, separada, e os responsáveis por este clima conflituoso eram os “terroristas” ou os comunistas, personificados principalmente na figura de Carlos Marighella.

Se a morte de Marighella representava, aos olhos da Ditadura, a pacificação do país; o fim do “complô” ou da conspiração que tanto temor causava, o milésimo gol de Pelé, por outro lado, mediante toda a comoção gerada, terá um efeito agregador, capaz de unir novamente todos os brasileiros, ou seja, o milésimo gol nada mais é que o grande feito do Salvador da Pátria.

E Pelé parecia saber disso. No calor da hora, logo após a conversão do pênalti, com o campo invadido por repórteres, carregado sobre os ombros de desconhecidos, cercado por

microfones, ele diz: “Como Deus foi bom pra mim! Eu só peço uma coisa, ajudem as crianças pobres.” Ele aproveita este momento emitindo uma mensagem que reforça a imagem positiva do salvador, mensagem beirando o senso comum, mas por isso mesmo de apelo quase universal com elementos de religiosidade (“Como Deus foi bom pra mim!”) e de caridade (“ajudem as criancinhas”).

Pela televisão<sup>3</sup>, comentaristas, narradores e repórteres tentam descrever aquele momento. Comparam Pelé a um santo, dizem que é o maior feito da história, um feito que não pertence somente ao Brasil, mas ao mundo. Dias depois, Nelson Rodrigues escreve sua crônica sobre o milésimo e, melhor do que ninguém, sintetiza o significado daquele gol e o papel representado por Pelé: “Naquele momento éramos todos brasileiros como nunca, apaixonadamente brasileiros.”<sup>4</sup> O Salvador havia cumprido a sua missão, éramos, novamente, pelo menos naquele momento, todos brasileiros.

### **Bibliografia:**

BETTO, Frei. *Batismo de Sangue: os dominicanos e a morte de Carlos Marighella*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982.

DAMATTA, Roberto (org.). *Universo do Futebol: esporte e sociedade brasileira*. Rio de Janeiro, Edições Pinakotheke, 1982.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. *A Dança dos Deuses: futebol, sociedade, cultura*. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

FINKELBERG, Margalit (org.). *The Homer Encyclopedia*. Chichester, Blackwell Publishing, 2011.

GASPARI, Elio. *As Ilusões Armadas: A Ditadura Escancarada*. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. São Paulo, Editora Ática, 1998.

MAGALHÃES, Mário. *Marighella: O guerrilheiro que incendiou o mundo*. São Paulo, Companhia das Letras, 2016.

NASCIMENTO, Edson Arantes do. *Pelé: A autobiografia*. Rio de Janeiro, Editora Sextante,

---

3

Vídeo “Torneio Roberto Ramos Pedrosa: Vasco X Santos 1969”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2PhmTPC6wU&t=978s>. Acessado em 24 de novembro de 2018.

4

Crônica de Nelson Rodrigues originalmente publicada no jornal “O Globo” em 21/11/1969 e republicada em RODRIGUES, Nelson. *À Sombra das Chuteiras Imortais: Crônicas de Futebol*. CASTRO, Ruy (organizador). São Paulo: Companhia das Letras, 1993, pp. 159 - 160.

2006.

NEGRÃO, João Henrique Botteri. *Selvagens e Incendiários: O discurso anticomunista do governo Vargas*. São Paulo, Humanitas, 2005.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. *Brasil: Uma autobiografia*. São Paulo, Companhia das Letras, 2015.

SILVA, Ana Paula da. *Pelé e o complexo de vira-latas: discursos sobre raça e modernidade no Brasil*. Tese de Doutorado: Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, 2008.

SOUZA, Denaldo Alchome de. *Pra frente Brasil! Do Maracanazo aos mitos de Pelé e Garrincha, a dialética da ordem e da desordem (1950 - 1983)*. São Paulo, Intermeios, 2018.

#### **Fontes impressas:**

- Jornal dos Sports : Outubro e Novembro de 1969.
- Jornal “O Estado de São Paulo”: Novembro de 1969.
- Revista Veja Edições nº 11, 14, 49, 59 e 62.

RODRIGUES, Nelson. *À Sombra das Chuteiras Imortais: Crônicas de Futebol*. CASTRO, Ruy (organizador). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

#### **Fonte audiovisual**

- Vídeo “Torneio Roberto Gomes Pedrosa: Vasco x Santos”  
Link : [https://youtu.be/2Phm\\_TPC6wU](https://youtu.be/2Phm_TPC6wU) (acessado em 24 de novembro de 2018).